

ATA DA 003ª SESSÃO ESPECIAL DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA,
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2019, EM HOMENAGEM
À CAMPANHA DA FRATERNIDADE CUJO TEMA É:
FRATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

A todos e a todas desejo-lhes boas-vindas! Sintam-se acolhidos na Casa do Povo, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Convido para compor a Mesa de Honra, na noite de hoje, as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;

Excelentíssimo senhor presidente da CNBB, Regional Sul 4 de Tubarão, Dom João Francisco Salm;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jünck;

Ilustríssima senhora major da Polícia Militar, Ana Paula Guilherme, neste ato representando o comandante do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, o excelentíssimo senhor coronel BM, Edupércio Pratts;

Ilustríssima senhora presidente da Associação Catarinense de Plantas Medicinais, Kátia Mara Batista;

Ilustríssima senhora vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Cynthia Pinto da Luz;

Constituída a Mesa, senhores e senhoras, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2019 que tem como tema, Fraternidade e Políticas Públicas.

Neste momento, convido todos para acompanhar a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência registra ainda a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo reverendíssimo vice-presidente da CNBB Sul 4, de Criciúma, Dom Jacinto Inácio Flach;

Excelentíssimo reverendíssimo secretário da CNBB Sul 4, de Rio do Sul, Dom Onécimo Alberton;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Diocese de Joinville, Dom Francisco Carlos Bach;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Diocese de Blumenau, Dom Rafael Biernaski;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Diocese de Chapecó, Dom Odelir José Magri;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Diocese de Lages, Dom Guilherme Antonio Werlang;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Diocese de Joaçaba, Dom Mário Marquez;

Excelentíssimo reverendíssimo bispo da Diocese de Caçador, Dom Ceverino Clasen;

Senhor vereador do município de Joinville, Rodrigo Fachini;

Senhor presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina, Francisco Alano;

Senhor Matheus Felipe de Castro, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, neste ato representando o presidente da OAB, Santa Catarina, senhor Rafael Horn;

Excelentíssimo reverendíssimo diretor arquiocesano do Apostolado da Oração, Arquidiocese de Florianópolis, Otmar Jacob Schwengber;

Senhor Rui da Luz, assessor-parlamentar, neste ato representando o excelentíssimo senhor deputado federal Pedro Uczai;

Senhor Marcel Salomon, assessor-parlamentar, neste ato representando o excelentíssimo senhor deputado estadual Fabiano da Luz;

Senhora chefe de gabinete da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Kelly Dalla Lana;

Membro do Conselho Nacional do Movimento de Irmãos e da Coordenação Arquidiocesana de Florianópolis, Luiz Carlos Pereira;

Senhor presidente da Associação dos Advogados Criminalistas do estado de Santa Catarina, Renato Boabaid;

Senhor membro da Academia Catarinense de Letras Jurídicas - Acalej, Ruy Samuel Espíndola;

Senhor conselheiro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, IBDA, Rodrigo Valgas dos Santos;

Senhora assessora de Comunicação do Colégio Catarinense, Lucimar Mondini Polli;

Senhor coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua e representante da Casa dos Amigos, do município de Antônio Carlos, Daniel Paz dos Santos;

Senhor coordenador da Liga das Famílias, Adão Leopoldo Jaeger;

Senhor presidente fundador da Associação Amigos da Saúde, Gasparino Martinho Rodrigues.

A seguir, teremos a apresentação de uma versão editada do vídeo oficial da Campanha da Fraternidade 2019.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)
[Degravação: Taquígrafa Elzamar]

Neste momento, convido para fazer uso da palavra a senhora Rosane Vieira, psicanalista, e recentemente aposentada da Coordenadoria de Assistência e Saúde, desta Assembleia, autora do projeto Arquitetura Humana Sustentável.

A SRA. ROSANE VIEIRA - Boa noite a todos! Autoridades, amigos queridos.

Primeiramente agradecer a Deus e às pessoas que por aqui passaram e deixaram este ambiente impecável para que tivéssemos esta noite marcante.

A sensibilidade e cidadania, no Palácio Barriga Verde, já é uma realidade por mais de seis anos. Dentro do projeto de qualidade de vida, nós criamos Arquitetura Humana Sustentável e Acessibilidade e Analfabetismo Digital com foco na zeladoria.

Observávamos que as pessoas se afastavam muito do trabalho, por depressão, transtornos dos mais

diversos. E saúde é um direito de todos! Ao iniciarmos esse projeto vimos outra realidade completamente diferente, pessoas motivadas.

Essa é uma realidade pioneira no país, e devemos isso aos nossos colegas parlamentares queridos e a todas as pessoas que nos ajudam.

Passamos à apresentação do vídeo, espero que olhem a nossa página e apoiem o nosso trabalho. Parabéns aos parlamentares por esta iniciativa há mais de seis anos.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Muito obrigada! Boa noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, Rosane Vieira.

Peço ao deputado Neodi Saretta que assuma a condução dos trabalhos para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Boa noite a todos! Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Excelentíssimo sr. deputado estadual Neodi Saretta; excelentíssimo e reverendíssimo presidente da CNBB, da Regional Sul 4, de Tubarão, Dom João Francisco Salm; excelentíssimo e reverendíssimo bispo da Arquidiocese de Florianópolis, Dom Wilson Tadeu Jönck; major BM Ana Paula Guilherme que, neste ato, representa o comandante do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina, excelentíssimo coronel BM, Edupércio Pratts; sra. presidente da Associação Catarinense das Plantas Medicinais, Kátia Mara Batista e sra. presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Cynthia Pinto da Luz; senhores bispos, padres, seminaristas, irmãs, lideranças das diferentes comunidades, movimentos e organizações, homenageados desta noite.

(Passa a ler)

"Em nome da Assembleia Legislativa, muito obrigado pela presença de vocês nesta noite. Mais uma vez o tema e o lema da Campanha da Fraternidade, escolhidos pela Conferência Nacional

dos Bispos do Brasil, reflete o caminho trilhado pela Igreja na sociedade. Um caminho que rejeita o individualismo, o egoísmo e opta pelo interesse coletivo, pelo bem-estar e a vida de todo povo.

As políticas públicas, enquanto ações discutidas e aprovadas, buscam vida digna para todas as pessoas. E acredito que é importante aqui nos determos um pouco sobre o que estamos tratando quando falamos em soluções para problemas públicos.

No meio ambiente nós observamos periodicamente algo que os pesquisadores alertaram há algumas décadas. Já enfrentamos as consequências da negligência com o nosso planeta, nossa casa comum, em que pese nos serem apontadas soluções coletivas como o saneamento básico, o cuidado com a água, a redução do uso do veneno, a recomposição de florestas.

Os caminhos encontrados pela sociedade são em geral soluções paliativas e particulares. O calor é resolvido com mais aparelhos de ar condicionado que, por sua vez, aumentam ainda mais a temperatura do ambiente coletivo.

A exaustão da terra é remendada com substâncias químicas, a poluição ou a falta d'água com a perfuração de nossos aquíferos que garantem qualidade e quantidade de água. A violência urbana é solucionada com grades, armamentos e mais violência. [*Degravação: Taquígrafa Eliana*]

Atacar as causas, um caminho mais complexo, porém mais resolutivo, é uma solução coletiva que poucas vezes surge na pauta. Educação, saúde, moradia, dignidade, medidas comprovadamente mais efetivas, são substituídas por paliativos e mais individualismo.

Ou seja, uma questão fundamental, neste debate proposto pela CNBB, nesta Campanha da Fraternidade, é a busca de soluções públicas para problemas que são públicos. Ao contrário do que nossa sociedade muitas vezes alimenta, que são soluções individuais para problemas coletivos, a Igreja coloca em pauta a ideia de que a vida em sociedade é também a busca por ações e soluções.

Também é oportuna a escolha do tema porque abre diálogo sobre qual a função dos poderes públicos na garantia da segurança, do bem-estar, da dignidade, da saúde, enfim, da vida das pessoas por meio de ações baseadas no direito e na justiça.

Alimenta-se a ideia de que conseguiremos recursos para implementar políticas públicas, a partir de uma reforma da previdência, que está em debate no contexto nacional. Mas, que reforma estamos encaminhando? Pela proposta colocada, uma reforma que castigará os mais pobres.

O imposto sobre grandes fortunas, previsto em nossa Constituição, e a cobrança dos grandes devedores, estes sim, poderiam garantir muitos recursos para as políticas públicas, das quais a nossa sociedade carece. No entanto, quem paga a conta são sempre os mais fracos, os mais pobres.

Por essas razões esta Campanha da Fraternidade é tão importante. Porque, ao mesmo tempo em que atua de forma a apresentar o poder do espírito coletivo e da solidariedade como valores fundamentais, mais uma vez nos chama à consciência e à participação.

Tudo isso nos remete, entre outras questões, para o fato de que políticas públicas serão efetivas e adequadas à sociedade, na medida em que se ampliar a participação das pessoas na sua formulação e implementação. Muitas vezes, inclusive, são as próprias pessoas, dentro de organizações, entidades, movimentos e grupos, que cumprem o papel do estado na formulação e execução de ações que suprem demandas não contempladas exatamente pela ausência de Políticas Públicas.

Políticas públicas são ações que devem ser construídas, planejadas e executadas com os olhos na coletividade. É dessa forma que teremos solidez para uma cidadania plena e libertadora.

Quando não são construídas de forma coletiva, e para o coletivo, democracia, direitos humanos e justiça são apenas palavras em um discurso vazio. Quando famílias ainda buscam no lixo seu alimento, quando pessoas ainda têm negada sua saúde, em nome da ganância e da corrupção, quando a justiça bate

seu martelo sempre atingindo os mais fracos, qualquer palavra, qualquer ação, torna-se vazia.

O Lema 'Serás libertado pelo direito e pela justiça' (Isaias 1, 27), é profético e necessário nestes tempos. Pão para quem tem fome, água para quem tem sede. Direito para todos e todas. Justiça para todos e todas.

Gostaria de, antes de encerrar, agradecer imensamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através da Regional Sul 4, e aos nossos homenageados e homenageadas, que tão bem representam ações de solidariedade, de comunhão e de respeito à vida. Que seus exemplos representem, também, um momento de materialização de todos os valores expressos nesta Campanha da Fraternidade.

E que sirvam como exemplo na luta por mais participação da população, contra a exploração e como um chamado à razão, para que não falte a sensibilidade do respeito à vida em qualquer circunstância.

A Assembleia Legislativa tem muito orgulho em conceder esta homenagem a vocês, e esperamos que suas histórias, seus testemunhos vivos, inspirem muitos outros a compreenderem a importância do envolvimento e o potencial revolucionário guardado dentro de cada um de nós."

Parabéns a todos! Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

Neste momento, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados e homenageadas desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo Catarinense, em sessão especial, presta homenagem à Campanha da Fraternidade 2019: "Fraternidade e Políticas Públicas".

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado estadual Padre Pedro Baldissera, juntamente com o deputado estadual Neodi Saretta, para fazerem a entrega das homenagens.

Pelos anos de dedicação e compromisso com a realização da Campanha da Fraternidade, demonstrando a sua preocupação com as questões sociais que assolam a sociedade brasileira, convidamos para receber a homenagem o reverendíssimo senhor presidente da CNBB - Regional Sul 4, bispo Dom João Francisco Salm.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Paraná, e doutor em Direito pela Universidad Pablo de Olavide, advogado trabalhista desde 1984, Prudente é professor da Faculdade Cesusc. Entre tantas iniciativas em favor da democracia, destaca-se a sua importante participação como Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Convidamos para receber a homenagem o senhor Prudente José Silveira Mello.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Destaca-se aqui, entre tantas iniciativas em favor do Estado Democrático de Direito, sua prática profissional voltada à ressocialização e ao resgate da dignidade de detentos, com exemplar observância à Constituição Federal, com respeito à dignidade da pessoa humana e assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais.

Convidamos para receber a homenagem o excelentíssimo senhor Juiz de Direito, titular da 3ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Joinville, doutor João Marcos Buch.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Por sua dedicação ao direito e à justiça, cujo exemplo de vida e trabalho inspira diversas pessoas e ações em favor dos direitos e interesses dos povos indígenas e das populações tradicionais. Assim como em defesa do meio ambiente, áreas que inegavelmente precisam de políticas públicas de proteção e respeito, onde a doutora Analúcia atua com profissionalismo e destemor, na defesa da democracia, dos direitos humanos e da justiça.

Convidamos para receber a homenagem a excelentíssima senhora Procuradora da República, em Santa Catarina, doutora Analúcia de Andrade Hartmann.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [*Degração: Taquígrafa Sara*]

Grande defensor dos direitos humanos, de forma especial dos pescadores tradicionais, migrantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Faz de sua vocação sacerdotal, junto às pastorais sociais, ferramenta de vida plena para todas as pessoas.

Convidamos para receber a homenagem o reverendo padre Ângelo Bússulo, sacerdote da diocese de Tubarão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Professora aposentada da rede pública, lutadora e defensora dos direitos das pessoas mais vulneráveis. Atua fortemente na área da economia popular solidária. Realiza trabalhos de acolhimento aos migrantes nas pastorais sociais e Cáritas Diocesana de Tubarão.

Convidamos para receber a homenagem a senhora Daiszi Volpato.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Defensora dos direitos humanos, é uma das pioneiras dessa luta, em Santa Catarina, assessorando organizações e pessoas em situações de violações de seus direitos.

Convidamos para receber a homenagem a senhora Irma Kniess, diretora do Colegiado do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz, de Joinville.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Assistente social, atua como assessora de políticas públicas e gestões e organizações da sociedade civil. É defensora das políticas públicas em especial a da assistência social. Atua na organização dos haitianos, em Santa Catarina, na garantia dos seus direitos e cidadania.

Convidamos para receber a homenagem a doutora Dalila Pedrini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

É articuladora de projetos sociais da Cáritas Brasileira Regional. Na sua pessoa, a Assembleia Legislativa presta homenagem a todas as lideranças leigas inseridas nos espaços de políticas públicas e construções de direitos.

Convidamos para receber a homenagem a senhora Joseanair Hermes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Reunindo profissionais de direito com expressiva e longínqua dedicação social. Atuam na promoção da justiça e dos direitos voltados para o atendimento a populações que se encontram em extrema vulnerabilidade social e na justa luta por moradia.

Convidamos para receber a homenagem o Instituto Gentes de Direitos - Igentes, neste ato representado pela doutora Luzia Maria Cabreira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Sediada em Fraiburgo, promove a cultura popular e a defesa do patrimônio histórico, artístico e natural da segurança alimentar e nutricional, e a prática do esporte, desenvolvendo a ética, a cultura da paz, da cidadania e dos direitos humanos.

Convidamos para receber a homenagem a Associação Paulo Freire de Educação e Cultura Popular - Apafec, neste ato representado pelo senhor Jilson Carlos Souza.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Presente em Santa Catarina, a partir das paróquias administradas pelos padres escalabrinianos, acolhe estrangeiros de maneira humanizada, oportunizando a garantia dos direitos e o acesso às políticas públicas.

Convidamos para receber a homenagem a Pastoral do Migrante, neste ato representada pelo senhor padre Marcos Mário Bubniack.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esta instituição vem contribuindo com a formação cidadã e política dos leigos e leigas da Diocese de Tubarão. Despertando a atuação crítica e propositiva nos espaços democráticos de construção e promoção de políticas públicas.

Convidamos para receber a homenagem a Escola de Fé e Política da Diocese de Tubarão, neste ato representada pelo seu coordenador, professor Antonio Carlos da Silva Gonçalves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Assumindo um serviço sem preconceitos, acolhe, acompanha e defende os direitos daqueles que foram infectados pelo vírus da Aids. Faz também o trabalho de prevenção, pela conscientização dos valores evangélicos, e promovendo a vida como bem maior.

Convidamos para receber a homenagem a Pastoral da Aids, da Regional Sul 4, neste ato representada pela senhora Daniete da Rosa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Pelos serviços realizados em defesa dos direitos humanos e na construção de políticas públicas, em Santa Catarina, se destaca no serviço junto aos migrantes, economia solidária, cuidado com a casa comum e assessoria às cáritas diocesanas no estado.

Convidamos para receber a homenagem a Cáritas Regional de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor secretário-executivo, senhor Gelson Nezi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Promovendo os direitos humanos e fomentando as garantias fundamentais, a liberdade individual e igualdade de direitos, desempenha o papel de interlocutor entre o estado e a sociedade civil para a construção de políticas públicas.

Convidamos para receber a homenagem o Conselho Estadual dos Direitos Humanos, neste ato

representado por sua presidente, senhora Karina Gonçalves Euzébio.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Acolhendo gratuitamente familiares dos pacientes do Hospital Regional de São José, em tratamento fora de seu domicílio, oferece alimentação, hospedagem e o carinhoso conforto necessário para as pessoas que acompanham os doentes.

Convidamos para receber a homenagem a Casa de Apoio São José, neste ato representada pelo senhor padre Almir José de Ramos.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

É uma organização formada por entidades e empreendimentos solidários, que buscam por meio de outra lógica de economia justa e solidária, construir oportunidades de geração e renda.

Convidamos para receber a homenagem o Fórum Estadual de Economia Solidária, neste ato representado pela professora Ivani Batistela da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Fundador da CUT, foi deputado estadual por dois mandatos, e autor de diversas leis em favor da agricultura familiar, a exemplo da Lei nº 8676, de 17 de junho de 1992, que instituiu a Política Estadual de Desenvolvimento Rural. Dedicou-se às pastorais da Igreja Católica. Até recentemente, como servidor desta Casa, coordenou o Fórum Parlamentar do Aquífero Guarani.

Convidamos para receber a homenagem o senhor Idelvino Luiz Furlanetto, *in memoriam*, neste ato representado por sua viúva, senhora Suzana Rodoy Furlanetto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Foi professor da rede pública estadual, teve forte atuação no movimento sindical. Seus dois mandatos foram marcados pela defesa dos direitos, sobretudo o da educação pública. O parlamentar

prezava, em seus projetos e ações, por transparência e honestidade no serviço público.

Convidamos para receber a homenagem o senhor vereador Marcelino Chiarello, *in memoriam*, neste ato representado por seu irmão, senhor Pedro Chiarello.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na diocese de Joinville, desenvolveu trabalhos sociais em prol das pessoas mais vulneráveis, especialmente crianças e adolescentes. Foi um dos pioneiros na efetivação da política pública de segurança alimentar e nutricional, através do projeto "cozinhas comunitárias".

Convidamos para receber a homenagem o reverendo padre Luiz Facchini, *in memoriam*, neste ato representado pelo senhor Tiaraju Facchini.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [*Degravação: Cinthia de Lucca*]

Sacerdote da Diocese de Lages dedicou sua vida em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Acompanhou e assessorou a implantação dos Conselhos Tutelares e do Estatuto da Criança e do Adolescente em diversos municípios catarinenses.

Convidamos para receber a homenagem o reverendo padre Dilmar Sell, *in memoriam*, neste ato representado por sua irmã, senhora Maria Salete Sell.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Por sua dedicação ao direito e à justiça cujo exemplo de vida inspirou diversas ações em favor da democracia, destaca-se aqui, entre tantas iniciativas do homenageado, seu protagonismo no Programa Lar Legal, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que regulariza a posse e propriedade de terrenos em áreas de comunidades carentes.

Convidamos para receber a homenagem, em nome do excelentíssimo senhor desembargador Lédio Rosa de Andrade, *in memoriam*, a viúva senhora Ana Maria Garcia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Saudosa lutadora social da região de Itajaí, foi uma das pioneiras, na área da economia popular solidária, e na articulação, assessoria e fomento de empreendimentos solidários em âmbito nacional.

Convidamos para receber a homenagem, em nome da senhora Idalina Maria Boni, *in memoriam*, seus filhos Thiago Mello e Luiz Antônio Mello.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos aos senhores deputados pela entrega das homenagens. Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e durante a semana será reprisada. Acompanhe a programação!

Teremos agora a interpretação da Banda Marista de São José, regida pelo maestro professor Julio César Roldão, que nos brindará com a música *Pesadão*, da cantora feminista Iza, representante da cultura da periferia.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

A SRA. ANDRÉIA AMORIM (Manifestação espontânea) - Boa-noite a todos, meu nome é Andréia Amorim, sou diretora desse lindo colégio, que fica lá no Jardim Zanellato, no finzinho do Bairro Serraria. Uma das comunidades mais pobres do município de São José, onde todos os nossos educandos, mais de mil, como bolsistas, em uma educação particular do Grupo Marista, fazendo esta transformação social. Apenas nessa unidade, 42% dos educandos estão abaixo da linha de pobreza e mais 12% em extrema pobreza.

No entanto, nós temos essa beleza. A minha voz representa esses mil educandos, mais as quatro unidades maristas no estado que fazem um belíssimo trabalho. Também são mais de 750 famílias beneficiadas, em uma única unidade, e onde temos como propósito a transformação social a partir da educação.

E acreditando que cada um desses jovens pode, sim, transformar o mundo, e pode, daqui a algum tempo, estar aqui ocupando a cadeira de um de vocês. É com essa aposta que temos a nossa gurizada filmando, cantando e mostrando um

pouquinho do que eles fazem, e que nós apostamos em tudo de bom e melhor que eles possam fazer.

Muito obrigada a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado pela belíssima apresentação, pelo extraordinário trabalho libertador e inclusivo que vocês realizam nos Irmãos Maristas.

Gostaria também de registrar a presença do senhor subdefensor público-geral, João José Joffily Coutinho;

Senhora presidente municipal do PCdoB Anderlize Abreu Dias;

Senhor vereador da capital, Lino Peres. Obrigado pela presença de todos vocês que estão prestigiando o ato desta noite.

Neste momento, eu convido para discorrer sobre o tema da Campanha da Fraternidade de 2019, o senhor professor Célio Vanderlei Moraes.

O SR. CÉLIO VANDERLEI MORAES - Boa-noite a todos e todas, ilustríssimos deputados e representantes da CNBB. Em primeiro lugar dizer da alegria em participar deste momento, onde são homenageadas pessoas tão relevantes na luta pelas políticas públicas e pelos direitos sociais no estado de Santa Catarina.

É muito importante que façamos estes momentos de reconhecimento e de celebração. Na vida devemos fazer muito estes momentos, fazer brotar o afeto e reconhecemos que somos mais fortes quando o fizemos juntos. São estas pessoas que foram homenageadas, com certeza, que contribuíram para que façamos um estado melhor, quiçá um país melhor.

A Campanha da Fraternidade de 2019 se inspira numa passagem bíblica que diz: "*Serás libertado pelo direito e pela justiça.*" Isto exige que todos devemos fazer uma reflexão em torno destes elementos, e procurar extrair deles as diretrizes para desenvolver uma Campanha da Fraternidade em cada um de nós, principalmente nas comunidades em que vivemos. Neste sentido, é que eu vim propor

que façamos este debate, e também fazer esta pequena reflexão. *[Degravação: Taquígrafa Ana Maria]*

Vamos começar retomando o próprio objetivo geral da campanha conforme consta no seu texto base. Ele propõe que esta campanha, que este movimento que a Igreja Católica realiza todos os anos, tenha neste ano, a pretensão de simular a participação em políticas públicas, à luz da palavra de Deus e da doutrina social da Igreja, para fortalecer a cidadania e o bem comum, que são sinais da fraternidade.

Neste sentido, desde saída a Campanha da Fraternidade compõe que a nossa relação com as políticas públicas é que está no foco. Mais do que meramente um momento inter-religioso, ele nos chama ao compromisso com a vida social. O tema colocado, mais uma vez, manifesta esse movimento que está realizando, há muito tempo, a Igreja Católica, de resgatar o seu compromisso com a população mais vulnerabilizada.

Sendo assim nos cabe, desde o início, mais uma vez, resgatar a ideia do que são políticas públicas. Afinal, se a chamada é para participarmos de políticas públicas, é preciso que tenhamos um alinhamento em torno do que sejam políticas públicas.

No primeiro momento, nós costumamos pensar em política pública à luz das ações do governo, nas ações do poder público de determinado estado ou da união. Na verdade, a reflexão tem que começar um pouco antes disso.

Na medida em que a ideia de estado já pressupõe o reconhecimento de direitos sociais dos cidadãos, ou seja, desde o momento do nascimento, cada pessoa, de forma iminente, carrega em si a dignidade humana e, nesse sentido, é titular de direitos. O Estado não dá direitos. A Constituição não dá direitos, ela reconhece os direitos que já são do cidadão. Isso é fundamental termos em mente para pensar a política pública não como uma dívida estatal, mas como uma ação em função desse reconhecimento.

Na medida em que reconhecemos o cidadão titular de direitos, é indispensável desenvolvermos ações de caráter público que vão ao encontro desse direito. Nesse sentido, podemos pensar que há uma moeda com duas faces, de um lado o direito, do outro a política pública. Essa política pública pode se dar, através da ação pública governamental e pode se dar através da ação da própria sociedade civil, com suas organizações representativas, na ação cotidiana da solidariedade na própria comunidade.

Tudo isso se revela política pública na medida em que encontra o cidadão, encontra o direito social e encontra a dignidade humana na sua finalidade. A ação da política pública se dá, não somente quando é ofertado um serviço público, mas inclusive quando ele é negado, porque a negação de um serviço público também constitui uma sociedade, também traz implicações temporais.

A política pública sendo a contraface do direito, ela se dá pela ação do estado. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que a política pública revela o compromisso para com o cidadão. Quando a Campanha da Fraternidade traz essa disnomia, política pública e justiça social, mais do que simplesmente exigir e chamar à participação para com as políticas públicas, ela está indicando a necessidade de que essas políticas sejam realizadoras de uma sociedade de justiça.

Esse sentido de justiça não tem haver meramente com o Poder Judiciário, apesar de que também, em muitos momentos, precisa de uma intervenção do poder público, através do Judiciário, mas mais do que tudo, ela passa pelo reconhecimento ético das políticas públicas.

Esse compromisso ético, em primeiro lugar, trata de priorizar a população mais vulnerável: população idosa, população criança e adolescente, população migrante, população encarcerada, população vítima de discriminação racial, população vítima de discriminação pela identidade de gênero e população feminina. Estamos na semana de comemoração da luta pelos direitos da mulher, tão importante que é esse tema.

Nesse sentido, o sentido de justiça social, o intuito da Campanha da Fraternidade, ao igualar políticas públicas e justiça social, pretende o resgate ético dessa população mais vulnerabilizada. Esse resgate ético da população vulnerável, não é meramente uma ação voluntariosa de acolher aquele vulnerável, mas mais do que tudo, é construir um projeto de sociedade com justiça.

Não é justiça porque atende quem precisa simplesmente, mas é porque pretende uma sociedade onde pessoas não fiquem às margens, onde pessoas não sejam excluídas por sua situação, por sua orientação sexual, por sua cor de pele, por sua identidade, enfim, onde o fundamento da justiça seja novamente o reconhecimento dos direitos humanos, o reconhecimento da pessoa como titular do direito. É nesse sentido que a Campanha da Fraternidade aponta, com base nesse primeiro entendimento, alguns elementos que também exigem a nossa dedicação.

Primeiramente a necessidade de que todos nós nos dediquemos a conhecer como são formuladas e aplicadas as políticas públicas. Não basta sermos destinatários, reclamar da péssima qualidade com que muitos serviços públicos nos são oferecidos. Mas temos a necessidade de nos aproximar mais e entender, como deveriam ser formuladas, quais são as reais necessidades da nossa população, quais são os mecanismos para o controle social das políticas públicas. Esse é o primeiro chamado que está colocado na forma de um objetivo específico da Campanha da Fraternidade.

O segundo objetivo específico diz respeito à ética das políticas públicas, como eu ia dizendo, tem a ver com o reconhecimento da população mais vulnerável. Esse é o primeiro compromisso ético, e por outro lado, exige que façamos uma denúncia firme da chamada mistanásia. Nós ouvimos falar muitas vezes da eutanásia, não é? Que infelizmente ainda continua sendo praticada, principalmente com a população idosa em alguns hospitais. Mas a mistanásia, que significa o extermínio social, a eutanásia social da população mais vulnerável,

principalmente, é feita através da negação de políticas públicas.

Não é possível pensarmos que isso ocorre por acaso, ou que ocorre por mera negligência. Há, sem sombras de dúvidas, uma política pública de mistanásia sendo realizada, na medida em que a população da periferia brasileira, em todos os cantos, dos grandes centros, das regiões urbanas, da população indígena e ribeirinha, está sendo abandonada muitas vezes.

Certamente a não oferta de políticas públicas é uma mistanásia, e nós temos um compromisso ético de reconhecer e de nos colocarmos, nos posicionarmos frente a isso, com toda a firmeza, com toda a clareza. É mais do que meramente uma questão a ser escandalizada, é mais do que isso. É um compromisso ético, e a Igreja Católica coloca esse tema em pauta como exigência desta Campanha da Fraternidade.

Um terceiro elemento, que também é chamado como objetivo específico, é o despertar da consciência e o incentivo à participação de todo cidadão na produção das políticas públicas. Infelizmente, hoje ainda é a minoria da população que trata esse tema, que se dedica à questão, e nós precisamos movimentar, nós precisamos que essa questão esteja em pauta. Participar da igreja não é meramente participar dos cultos religiosos, é significativamente, no seu cotidiano, assumir o compromisso, assumir para si a responsabilidade pela situação pública, e nesse sentido, a chamada é para ampliarmos a participação nas políticas públicas.

O quarto objetivo específico nos chama a propor políticas públicas, políticas que tenham a ver com a necessidade do nosso povo. Que não sejam meramente Políticas de Governo, de uma gestão identificada com um partido, com um gestor público, mas que enquanto Políticas de Estado realmente partam da necessidade e do reconhecimento do direito do cidadão, especialmente do mais vulnerável. Nesse sentido, a Campanha da Fraternidade assume o compromisso de fazer esse diálogo, identificando necessidades,

formulando, e também apresentando as suas contribuições em termos de proposições de quais são as políticas que atendam melhor a essas necessidades.

O quinto ponto, em termos de objetivo específico, propõe que trabalhem a eficácia das políticas públicas já existentes e a consolidação delas. Não é possível não verificarmos aquelas políticas que existiam, em alguns casos ainda há, mas que estavam contribuindo muito com ganhos sociais e que, infelizmente, muitas delas estão sendo precarizadas. É indispensável reconhecer, fortalecer, e até resgatar as políticas públicas que já contribuía com o direito do cidadão. Nesse sentido, não se pode abandonar a história e achar que tudo vai começar a partir de agora. É preciso reconhecer e fortalecer as políticas públicas alinhadas com os mais frágeis, os mais vulneráveis.

O sexto objetivo específico exige, nos chama a promover a formação política do nosso povo. Tem um colega, inclusive, que foi reconhecido pela Escola de Fé e Política. É fundamental que espalhem esse tipo de iniciativa, por todo o estado, nós precisamos de muito mais oportunidades, onde as pessoas possam refletir, possam se qualificar para intervir nas políticas públicas.

Temos inúmeros representantes, não somente das organizações religiosas, mas de outras organizações sociais participantes de conselhos pelo estado todo e pelo Brasil. Mas é indispensável investir na maior qualificação deles, não só para gerir políticas públicas, mas para entender mais do conteúdo político dessa política pública. Nesse sentido, nos chama o sexto objetivo específico à formação política dos membros da igreja, e estendo isso a todo cidadão catarinense, nesse caso qualificar a sua ação a partir dos estudos, a partir da formação política.

E, por fim, o sétimo objetivo específico da Campanha da Fraternidade nos chama a suscitar toda população vinculada à Igreja Católica, todo cristão católico comprometido com política, a dar

o seu testemunho concreto da fé. Não a fé que meramente ora, que reza, mas a fé que se compromete cotidianamente com a construção de uma nova sociedade. É preciso, é indispensável que esse exercício seja colocado em prática, através de ações de solidariedade, não meramente de voluntariado e de dádiva, mas fundamentalmente da construção da consciência crítica, da construção da integração da população, da solidariedade colocada em termos de identidade do nosso povo para que juntos possamos fazer a sociedade nova.

Sendo assim, a Campanha da Fraternidade nos chama a construir este novo povo para que possamos resgatar, em alguns casos, e ter em outros, um novo Brasil partindo da noção de políticas públicas, comprometida com o direito social. É nesse sentido que a proposta de direitos sociais, políticas públicas e construção da justiça, se colocam como um movimento atual desta Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado ao professor.

Também para fazer uso da palavra o reverendíssimo bispo, presidente da Regional Sul 4, da CNBB Santa Catarina, Dom João Francisco Salm. Em tempo gostaria, enquanto o nosso presidente se dirige à tribuna, registrar a presença do vereador, aqui da capital, Afrânio Boppré. Agora sim, com a palavra Dom Francisco.

(Passa a ler)

O SR. DOM JOÃO FRANCISCO SALM - "Componentes da mesa, senhores arcebispos e bispos, da nossa Regional Sul 4 da CNBB; secretário-executivo Padre Luciano dos Santos; Coordenação Regional da Campanha da Fraternidade; instituições aqui representadas; demais autoridades, homenageados desta noite, pastorais, projetos e movimentos sociais, padres diáconos, religiosos e religiosas, seminaristas, cristãos e cristãs leigos, sempre chamados a serem sal da terra e luz do mundo.

'Fraternidade e políticas públicas. Serás libertado pelo direito e pela justiça.' Tornar-se sensível para perceber o outro em suas necessidades, superar a indiferença e dar respostas concretas e eficazes.

Estamos aqui, numa sessão especial da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em homenagem à Campanha da Fraternidade de 2019. Quem a propôs foi o senhor deputado Padre Pedro Baldissera. O convite nos foi enviado pelo presidente da Assembleia, senhor deputado Júlio Garcia. Deixamos o nosso agradecimento, não só por termos sido convidados, mas principalmente pelo espaço dado a um assunto tão importante e que tanto tem a ver com esta Casa e com o Poder que nela se exerce.

João Evangelista conta que Jesus, ao ver chorar a irmã de Lázaro e os que a acompanhavam, por causa da morte do irmão, *'comoveu-se profundamente no espírito e ficou conturbado'*; e que também *'Ele chorou. Os judeus então disseram: Vede como ele o amava'*.

Jesus mesmo, noutra oportunidade, contou que certo homem caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo, espancaram-no e foram embora, deixando-o meio morto. Muitos passaram por lá e nada fizeram. Mas que um samaritano que viajava, chegou perto dele e, ao vê-lo, moveu-se de compaixão. Aproximou-se dele e tratou as feridas, derramando sobre elas azeite e vinho. Depois, colocou-o sobre seu próprio animal e o levou a uma hospedaria, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou dois denários e deu-os ao dono da hospedaria, recomendando: *'Cuida dele, e o que gastares a mais, eu o pagarei quando voltar'*.

O Papa Francisco, por sua vez, fazia uma pergunta instigante: *'Tu choras? Tu choras pelo teu povo? E citou um trecho de uma antiga oração para pedir o dom das lágrimas: 'Senhor, vós que confiastes a Moisés o mandato de bater na pedra para que dela brotasse a água, batei na pedra do meu coração para que eu verta lágrimas...'*. E, ainda inspirados em Francisco, poderíamos perguntar: quantos de nós choram, por exemplo,

diante do sofrimento de uma criança, diante da destruição de uma família, diante da destruição da natureza? Diante de um 'clamor' relacionado com a educação, com a saúde, com a violência, com os direitos humanos, com a assistência social, com a economia, com as mulheres, com os povos originários e tantas outras situações?!

A Campanha da Fraternidade é um grande apelo para a superação da indiferença pela conversão do coração. A falta de sentir o outro, a incapacidade de compadecer-se e a preocupação somente consigo próprio são atitudes que não deixam perceber a realidade que está diante dos olhos. Além disso, bloqueiam qualquer iniciativa que poderia resultar em adequadas políticas públicas. Afinal, a participação em políticas públicas, para nós cristãos, tem a mística de Moisés enviado ao Egito por Deus que ouviu o clamor do seu povo. Tem a mística do próprio Jesus, enviado do Pai, e que sai em socorro da ovelhinha ferida, ou que toma sobre si a enfermidade de cada homem e de cada mulher para lhes oferecer vida e salvação. Também isso é 'Igreja em saída.'

O Texto-Base da Campanha da Fraternidade lembra que a Doutrina Social da Igreja, que nasce da Sagrada Escritura e da fé viva da igreja, evidencia a necessidade de uma participação ativa e consciente dos cristãos leigos e leigas na vida da sociedade. E que um governo democrático deve envolver todos os sujeitos da sociedade civil, em seus diversos níveis, de modo que todos sejam informados, ouvidos e envolvidos, no que se refere ao bem comum, em um processo de democracia participativa.

Se, em palavras simples, se pode dizer que 'políticas públicas' são a 'resolução de problemas', pode-se imaginar quantas não são necessárias. É claro que nosso apoio e participação dependerá de políticas públicas que estejam em harmonia com nossos princípios éticos e morais. Além disso, o atendimento aos mais frágeis e vulneráveis deve estar sempre em primeiro lugar.

Há as Políticas de Estado e as Políticas de Governo. As de Estado sempre se encontram

amparadas pela Constituição. Devem ser realizadas independentemente de quem esteja no governo exercendo seu mandato, não importa a que partido pertence. As políticas de Governo, por sua vez, são frutos de decretos e portarias específicos de cada governo, no exercício do seu mandato, tanto em nível municipal, como estadual ou federal. É importante ter claro que políticas de Governo nunca devem sobrepor-se às Políticas de Estado.

Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, Câmara Federal e Senado, portanto o Poder Legislativo e também o Judiciário devem zelar para que as políticas de Governo, por parte do Poder Executivo, ao promover suas políticas, enquanto exerce o seu mandato, não atropеле as Políticas de Estado.

A vida é dinâmica, também a política. Por isso, tendo em vista o bem de todos, poderá ser necessário, devido a novas circunstâncias, rever políticas públicas existentes ou criar novas. Isto, porém, através de projetos de lei a serem estudados e discutidos no Legislativo, incluindo a participação do povo nos debates e na hora de decidir pelo sim ou pelo não. É papel do Judiciário ser o primeiro a cuidar que a Constituição Federal seja respeitada.

Políticas de Governo podem eventualmente ser muito importantes e até mesmo necessárias, e neste caso consolidar-se como de Estado. Mas nunca podem desrespeitar as de Estado. Como estamos numa democracia, nossos governos são transitórios. Não poderiam apenas servir-se do mandato para criar políticas públicas, que não tenham em vista o bem do povo, mas apenas o interesse de grupo já privilegiados. As políticas públicas devem assegurar e efetivar direitos fundamentais da população, a começar dos mais pobres e vulneráveis. O atendimento a esses pequenos e fragilizados é critério para verificar se a política adotada está de fato a serviço do bem comum.

É preocupante como nos vários níveis de governo e, ao longo de diversas gestões de governos, se tem facilmente desrespeitado

Políticas Públicas de Estado. Para enfrentar essa realidade, há a necessidade de aprendermos a exercer nossa cidadania tornando-nos bem informados, participativos e conhecedores do assunto. Seremos então capazes de acompanhar a concretização de políticas públicas e de avaliar os seus resultados.

O Papa Francisco, ao nos instruir a respeito das obras de misericórdia, faz-nos entender que as políticas públicas nos recordam que a nossa fé cristã se traduz em atos concretos e cotidianos, destinados a ajudar o nosso próximo no corpo e no espírito: providenciando alimentos, fazendo-lhe visitas, oferecendo-lhe conforto nas horas difíceis. Sobre esses assuntos seremos julgados.

Jesus ao ver Maria chorando também chorou e devolveu a vida ao irmão Lázaro. O Samaritano viu, aproximou-se e, compadecido, prestou socorro e cuidou daquele homem vítima de assaltantes. O Papa Francisco sugere pedir o dom das lágrimas para que, superando a indiferença, saibamos ir ao Egito, como Moisés, e à humanidade ferida, como Jesus, para salvá-los e libertá-los.

A Igreja, alimentada pela Palavra de Deus e alicerçada em sua experiência de vida e de fé, pede que seus filhos, leigos e leigas, participem ativamente, na vida da sociedade, em vista do fortalecimento da cidadania e do bem comum, sinais de fraternidade!

Muito obrigado!"

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Como última manifestação, convido o deputado Neodi Saretta para deixar aqui a mensagem e a saudação.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Estimado presidente desta sessão e proponente, deputado Padre Pedro, minhas primeiras palavras são para enaltecer este evento e a iniciativa de sua excelência. Já se tornou uma tradição, aqui na Casa, nós todos já sabemos que, no início da Campanha da Fraternidade há uma sessão especial. *[Degravação: Roberto Machado]*

Sua excelência toma esta iniciativa e, portanto, este momento é muito importante, desde que a Campanha da Fraternidade foi criada, creio que em 1964. Desde esta data, ela é um dos movimentos mais importantes que nós temos em termos de conscientização, direitos do povo e a todos os cristãos.

Cumprimentando Dom João e, em seu nome, também todos os membros da CNBB e todos os demais membros aqui da Mesa. Quero pedir carinhosamente para fazer uma referência a dois bispos que não estão na Mesa, primeiramente por um dever de hierarquia, Dom Mário, o bispo da minha diocese, que é da Diocese de Joaçaba e eu de Concórdia, a qual nós pertencemos. Em segundo lugar, por uma pessoa que me incentivou muito, inclusive na política, na participação social, que é Dom Severino, que para mim era frei Severino que, aliás, leva o mesmo nome do meu pai. Nos grupos de jovens da Pastoral da Juventude foi um incentivador não apenas de mim, mas de muita gente, muitos jovens que procuraram, de uma forma ou de outra, dar sua contribuição para a busca de uma sociedade mais justa, fraterna e inclusiva.

E o tema da Campanha da Fraternidade deste ano, quando aborda as políticas públicas, que já foi mencionado aqui pelo professor, pelo Dom João e pelo deputado Padre Pedro Baldissera, e todos que se manifestaram, é mais do que nunca importante de ser debatido, ainda que a campanha ao falar de políticas públicas é bastante genérica.

Mas pensarmos nas políticas voltadas, de fato, para a população, em todos os seus aspectos, seja na preservação do nosso meio ambiente, na preservação das relações humanas, numa época, inclusive, de redes sociais que aproximam e distanciam as pessoas. Pois, ao mesmo tempo em que elas aproximam, também distanciam, porque há setores e segmentos que insistem em fazer das redes sociais a disseminação, às vezes, da intolerância, do ódio e de preconceitos de todas as espécies.

Portanto, que o tema deste ano sirva como reflexão e de incentivo a todos aqueles que querem as políticas públicas voltadas para uma melhoria da sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado deputado Neodi Saretta.

Gostaria de fazer um registro que acho importante, pois Dom João Francisco me lembrava de que Dom Guilherme Werlang faz parte da comissão de Justiça e Paz, em serviço da caridade, da CNBB, a qual preside e tem se debruçado longamente na construção e no debate da temática que nós trouxemos aqui nesta noite.

Dom Guilherme Werlang que tem contribuído e ajudado na composição de todo este debate, reflexão da temática trazida, através da CNBB neste momento. Não apenas na Campanha da Fraternidade, mas que ela possa adentrar em todos os tempos da nossa caminhada e da nossa vida, que não seja um momento passageiro, mas que a temática esteja viva, como igreja e povo de Deus que nós somos.

Gostaria, antes do encerramento, de fazer dois registros importantes. Um deles é que, na arquidiocese de Florianópolis, em parceria com a Faculdade Católica de Santa Catarina - Facasc, haverá um debate, através de um encontro muito importante, que irá tratar da migração e políticas públicas em Santa Catarina. Acontecerá, no dia 20 de maio de 2019, das 14h30 às 17h, no auditório da Faculdade Católica de Santa Catarina. Então, fica aqui o registro e o convite que é estendido a agentes políticos e a todos os cidadãos e cidadãs.

E o segundo convite trata da Conferência de Saúde, na capital, no dia 4 a 6 de abril. Portanto, no próximo mês, nós teremos a referida conferência no Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina. E antecedem pré-conferências, sendo uma no continente que vai ser, no dia 12 de março, às

18h, a próxima será no centro, no dia 13 de março, às 18h, e a outra no norte do nosso município, dia 14 de março, às 18h.

Buscar informações e participar desses eventos é extremamente importante para que possamos, de uma forma coletiva, dar continuidade a esse trabalho que tem relação profunda com a política pública para todos os cidadãos e cidadãs. Assim, fica aqui o registro e o convite.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece de coração primeiramente a Regional Sul 4 - da CNBB, na pessoa do nosso bispo Dom João Francisco Salm. Estender a todos os bispos, pois nós, quando sentamos para organizar este evento, buscamos fazê-lo, no momento em que os bispos estão em reunião, aqui na capital, para facilitar também a participação de todos.

E pela segunda vez nós temos aqui a presença basicamente de todos os bispos e isso é extremamente importante e significativo, pois leva esta imagem ao nosso povo cristão, católico, aos nossos militantes, as nossas organizações e movimentos.

Além disso, agradecer aos agentes de vários setores das nossas pastorais, à presença de lideranças políticas e comunitárias e, de uma maneira muito especial, nossos homenageados e homenageadas desta noite. É o reconhecimento que a CNBB - Regional Sul 4 e este Poder Legislativo faz a todos vocês que, de uma forma ou de outra, estão cumprindo o papel do Estado, fazendo acontecer. Então, parabéns a todos e obrigado pela presença!

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Degravação: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Eliana]*